

Povos Indígenas na Amazônia Mato-Grossense e leituras de mundo: correlações entre formação e organização socioeconômica

Indigenous Peoples in the Mato Grosso Amazon and readings of the world: correlations between training and socioeconomic organization

Laudemir Luiz Zart^{1*} , Jaime José Zitkoski² , Cristiane Gonçalves Ribeiro³

¹Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado (UNEMAT), Cáceres, MT, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil

COMO CITAR: ZART, L. L.; ZITKOSKI, J. J.; RIBEIRO, C. G. Povos Indígenas na Amazônia Mato-Grossense e leituras de mundo: correlações entre formação e organização socioeconômica. Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, esp. 3, e19495, 2024. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1949501>

Resumo

O artigo resulta da investigação e da formação com organizações comunitárias indígenas para o entendimento, a organização e o desenvolvimento da economia indígena e da sociobiodiversidade para a constituição e a gestão de cooperativas solidárias. As ações científico-educacionais aconteceram na Terra Indígena Apiaká-Kayabi e Munduruku, em Juara-MT e na Terra Indígena Zoró, localizada em Rondolândia-MT. As atividades vinculadas ao Projeto Man Gap, executado pela Associação do Povo Indígena Zoró Pangyjej (APIZ), foi aprovado e apoiado pelo Programa REM-MT, com fundos dos governos da Alemanha e do Reino Unido, como iniciativa de remuneração de serviços ambientais, proposição lançada na conferência Rio+20, em 2012. O projeto transcorreu no período de 2023 a 2024, sendo executado pela UNICAFES e Núcleo Unitrabalho da UNEMAT. Com a metodologia da pesquisa participante, estabeleceu-se uma ambiência problematizadora e dialógica para a compreensão dos contextos histórico-culturais da existência das comunidades indígenas. O resultado da pesquisa apresentou um ideograma que representa, a partir da leitura de mundo dos povos indígenas, a correlação com o Estado, o mercado, a sociedade e os movimentos sociais.

Palavras-chave: povos indígenas; formação; organização; Cooperativismo Solidário.

Abstract

This article is the result of research and training with indigenous community organizations for the understanding, organization, and development of the indigenous economy and socio-biodiversity for the constitution and management of solidarity cooperatives. The scientific-educational activities took place in the Apiaká-Kayabi and Munduruku Indigenous Land - Juara-MT and in the Zoro Indigenous Land located in Rondolândia-MT. The activities tied to the Man Gap Project, executed by the *Associação do Povo Indígena Zoró Pangyjej* (Zoró Pangyjej Indigenous Peoples Association) (APIZ), were approved and supported by the REM-MT with funds from the governments of Germany and the United Kingdom, as an initiative to remunerate environmental services, a proposal launched at the Rio+20 conference in 2012. The project ran from 2023 to 2024 and was executed by UNICAFES and the Unitrabalho Center of UNEMAT. With the methodology of participatory research, a problematizing and dialogical environment was established for the understanding of the historical-cultural contexts of the existence of indigenous communities. The result of this research is an ideogram which represents, based on the indigenous peoples' reading of the world, the correlation with the State, the market, society and social movements.

Keywords: indigenous peoples; training; organization; Solidarity Cooperativism.

***Autor correspondente:**

zart@unemat.br

Submetido: Julho 15, 2024

Revisado: Agosto 25, 2024

Aprovado: Setembro 17, 2024

Fonte de financiamento: Programa REDD Early Movers (REM-MT), com fundos dos governos da Alemanha e do Reino Unido.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Sim.

Disponibilidade de dados: os dados e materiais utilizados na obra estão disponíveis nos arquivos digitais do Núcleo de Estudos e Praxiologia da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Universidade do Estado de Mato Grosso) Carlos Alberto Reys Maldonado. Cáceres, MT, Brasil. Os estudos foram realizados na Terra Indígena Apiaká-Kayabi e Munduruku, em Juara-MT e na Terra Indígena Zoró, Rondolândia- MT, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

Envolto ao Projeto Man Gap, desenvolvido pela Associação do Povo Indígena Zoró Pangyjeje (APIZ), aprovado e apoiado pelo Programa REDD Early Movers (REM-MT), surgiu a necessidade de investigar sobre os conhecimentos relativos ao cooperativismo, às legislações, aos modos de gestão, às concepções e às perspectivas dos povos indígenas, do Povo Indígena Zoró, em Rondolândia-MT, e da Terra Indígena Apiaká-Kayabi e Munduruku, no município de Juara-MT.

A questão que se apresenta é a existência da castanha do Brasil nas duas terras indígenas. Trata-se de uma riqueza natural nas florestas amazônicas, nas porções do território em Mato Grosso. Os povos indígenas possuem saberes tradicionais no manejo dos frutos florestais, que constituem cadeias de valor na economia da sociobiodiversidade.

No contexto sociocultural e econômico de imersão e de organização das comunidades indígenas, dois questionamentos são desafiadores do pensamento social e educacional. O primeiro é relativo à lógica própria indígena, no sentido de compreender e explicar o modo de vida tradicional e as implicações de pensamentos e tecnologias não indígenas nas comunidades. Esta reflexão é necessária para pesquisadores/as, principalmente quando se colocam parâmetros éticos e epistemológicos não coloniais.

O segundo questionamento é direcionado às comunidades indígenas, para entender como as lógicas modernas, do Estado burguês, impingem as racionalidades nas comunidades e entre os povos originários. Ao se perguntar sobre as lógicas modernas expressas nas leis, nos procedimentos, nos sistemas de controle jurídicos, contábeis e fiscais, querem de fato os povos indígenas organizar uma cooperativa? É importante para o desenvolvimento das comunidades? Um empreendimento econômico cooperativo dos/as indígenas é um meio de liberdade ou mais um instrumento de subalternização do existir indígena?

Iniciar com perguntas geradoras de curiosidades entre desdobramentos diferentes e resultados de práticas sociais nas terras indígenas é relevante para a não imposição de mecanismos de dominação e de ilusões ingênuas em relação aos sistemas de controle do Estado e do mercado.

Para a execução do projeto com as comunidades indígenas, com o objetivo de estudar, analisar e desenvolver as organizações cooperativas, duas entidades foram convidadas para se inserir e realizar atividades: a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES) e o Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho), da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado.

A UNICAFES é uma organização civil, na forma de associação, criada pelo movimento cooperativo da agricultura familiar que, ao analisar o cooperativismo dominante no Brasil, mobilizou agentes sociopolíticos para articular ideias, procedimentos e princípios que fortaleçam os fundamentos da solidariedade e da cooperação, daí em adjetivar o cooperativismo de solidário. No projeto Man Gap, a UNICAFES ficou responsável em demonstrar e dialogar sobre os sistemas cooperativos no Brasil, as diferentes concepções, de um cooperativismo empresarial para um cooperativismo autogestionário, base para a autodeterminação dos próprios povos indígenas.

O cooperativismo, como movimento social, implica as pessoas e as suas organizações em redes de cooperação e de colaboração. Neste sentido, os povos indígenas, ao organizarem a cooperação em um empreendimento econômico, estão em comunicação com experiências que indicam aprendizados e formas de superação de problemas e de criação de iniciativas inovadoras.

O Núcleo Unitrabalho, como organização acadêmica, articulou as ações de formação com debates da história do cooperativismo, de diálogos sobre o significado de conceitos, de procedimentos institucionais para a constituição e a gestão de empreendimentos cooperativos. Ao tempo em que as vantagens cooperativas eram expostas e entendidas, na perspectiva de gerar condições da economia da sociobiodiversidade e estar sob o controle das comunidades indígenas. Também foram ilustradas as situações de perigos dos controles, das imposições

legais e das forças de punições fiscais. Os cenários de contradição e ambiguidades das organizações cooperativas são evidenciados para a tomada consciente das comunidades em relação às implicações no modo de vida das comunidades indígenas.

A ambiência pedagógico-investigativa, organizada para o desenvolvimento da formação e dos diálogos problematizadores e propositivos, provocou interações intersubjetivas para a leitura de mundo crítico, dialético e histórico.

O cenário histórico que se evidenciou em primeiro plano, foi a constatação da dominação e da exploração dos indígenas no trabalho, via a apropriação da produção por agentes econômicos do mercado e da interferência de sistemas externos no modo de vida e na economia indígena. Levantou-se a questão da necessidade e da possibilidade de autodeterminação e de auto-organização dos povos indígenas.

As perguntas e a investigação foram direcionadas para a compreensão da economia da sociobiodiversidade indígena, a fertilização das organizações do trabalho associado e do cooperativismo solidário. Segundo Ribeiro *et al.* (2023), o trabalho associado é ao mesmo tempo pedagógico e econômico, permite a aprendizagem da cultura da solidariedade e da cooperação entre indivíduos organizados em empreendimentos econômicos solidários. O contexto de problematização e de reflexão foram os processos de vinculação dos povos indígenas com o poder do Estado, com as organizações do mercado competitivo, as perspectivas da sociedade e as possibilidades de auto-organização pelos movimentos sociais indígenas para a solidariedade e a cooperação.

As complexidades das estruturas e das relações sociais, nas quais as existências indígenas estão implicadas, levaram a elaborar e a sistematizar os limites e as possibilidades da organização econômica de cooperativas solidárias para a gestão articulada de arranjos coletivos entre as organizações comunitárias dos povos indígenas – com o estabelecimento e melhorias de infraestruturas, para o beneficiamento da castanha do Brasil, nas duas fábricas instaladas nas terras indígenas, para o armazenamento, o transporte – e a comercialização da castanha.

Assim, objetiva-se neste artigo compreender a complexidade das relações, a partir da centralidade dos povos indígenas no processo de autodeterminação e auto-organização, com o poder político do Estado, os vínculos concorrenciais do mercado, as configurações diversas e desiguais da sociedade, e o processo de instituições dialógicas de cooperação dos movimentos sociais.

METODOLOGIA DE FORMAÇÃO E DE PROBLEMATIZAÇÃO

O contexto de reflexão sobre o complexo organizacional da economia da sociobiodiversidade indígena foi a busca de entendimento dos contextos históricos das estruturas econômicas, das relações socioculturais e políticas da existência dos povos indígenas em espaços amazônicos. As dimensões de investigação foram as realidades sociais vivenciadas pelas comunidades indígenas nos seus territórios e as correlações com o Estado, o mercado, a sociedade e os movimentos sociais.

As perguntas problematizadoras foram provocativas para o levantamento, a anotação e a sistematização das percepções dos/as indígenas sobre as condições e as situações da existência nos territórios e as forças de coerção e/ou de cooperação externas, da sociedade não indígena. Quais são as situações que podem ser consideradas como forças de cooperação para o desenvolvimento da economia, da cultura e da educação das comunidades indígenas? Quais são as condições e as relações que representam ameaças, limitam e obstaculizam as materialidades e as espiritualidades do bem viver, conceito difundido por Acosta (2016) e aplicado na investigação nos territórios e nas comunidades indígenas.

A metodologia pedagógico-investigativa se constituiu pela configuração de grupos de análise, elaboração e socialização que envolveram as lideranças, educadores/as, estudantes, a juventude, homens e mulheres, em rodas de diálogos, que traduziram em palavras e frases significativas os limites e as possibilidades do existir indígena. As respostas dos grupos, anotadas em cartazes, eram compartilhadas em plenárias, debatidas e consensualizadas.

Ficavam expostas no ambiente formativo e investigativo para o olhar e o pensar contínuo dos/as participantes, na perspectiva da produção socializada de conhecimentos verossímeis sobre o ser, o saber e o poder nos ambientes e territórios indígenas.

As sistematizações grupais foram complementadas com a gravação e transcrição de falas de participantes que integram o relatório do Núcleo Unitrabalho. As falas são depoimentos significativos de situações vivenciadas pelos grupos indígenas em seus contextos históricos de construção das realidades sociais.

Os olhares distintos consensualizados, representativos das visões de mundo indígenas, foram sistematizados e constituíram um ideograma (Figura 1), das interpretações e das atitudes das comunidades em relação ao Estado, ao mercado, à sociedade e aos movimentos sociais. O ponto central para a leitura de mundo e a expressão dos significados são as experiências e as convivências indígenas. A estrutura social e as práticas sociais são reconhecidas pela linguagem, os valores, a ética e a política dos/as indígenas. Colocar a questão desta maneira condiz com a filosofia da educação, elaborada e desenvolvida por Paulo Freire.



Figura 1. Diagrama das percepções das comunidades indígenas sobre o Estado, o mercado, a sociedade e os movimentos sociais.

Conforme Zitkoski (2022), o pensamento freireano é uma construção ontológica e epistemológica que conflui na construção do mundo, desvelando as ideologias, os modos de ser e de pensar, tanto as formas de dominação, quanto os processos sociais e gnosiológicos de superação e de libertação.

O diagrama foi construído nos encontros dialógicos e interpretados para se compreender a complexidade das experiências indígenas em relação às organizações, resistências e proposições, nos campos da educação, da cultura, da economia e da política.

O conceito de campo adotado na pesquisa foi aplicado em conformidade com Bourdieu (1996), desenvolvido para demonstrar e refletir os espaços sociais nas múltiplas dimensões estruturadas e estruturantes. É a construção de uma filosofia relacional que conecta as condições objetivas e as situações subjetivas. Representam as posições sociais formadas pelo acesso e domínio dos grupos socioculturais aos bens culturais, simbólicos, econômicos e políticos. O campo social correlaciona as pessoas nas diferenças e nas desigualdades, nas existências e experiências materiais e culturais.

NO CAMPO DO ESTADO, DA COERÇÃO AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para as comunidades indígenas, o Estado é percebido em primeiro plano como uma força de coerção. Seguindo a racionalidade de Habermas (1999), que há uma diferenciação entre a organização sistêmica e o mundo da vida, tal como reconhece o filósofo, o problema se evidencia quando se apresentam como dicotômicos, portanto, sem comunicação das lógicas sistêmicas com as manifestações vitais das vivências e existências.

O Estado como sistema é constituído por regras e leis, administrado por um governo, regido por procedimentos abstratos e burocráticos, distanciados das realidades sociais e culturais. Predomina no Estado moderno, nas palavras de Albuquerque, Albuquerque Filho e Rodrigues (2016, p. 24) o “[...] monismo jurídico [que] comumente associa-se à formação de uma homogeneidade cultural para satisfazer os princípios de soberania, generalidade e abstratividade da qual o direito requer ser exercitado”.

Há uma objetiva desconexão entre as necessidades materiais e espirituais com os desejos e os projetos elaborados e expressos no mundo da vida indígena. A coercitividade estatal é a imposição de princípios e fundamentos da sociedade moderna eurocentrada. Constitui uma monologia unidirecional que impute metodologias para penalizar e controlar os indivíduos nas suas condutas, na vigilância das iniciativas coletivas de articulações e proposições dos movimentos sociais, no caso deste estudo, as articulações e as organizações indígenas.

As comunidades são vigiadas nas convivências culturais, nos costumes e nas crenças. As escolas são burocratizadas nas escolhas de conteúdos e nas práticas pedagógicas restritivas às epistemologias do mundo ocidental e das ciências modernas. Em Zart (2023) há uma análise da produção social das ciências com pertinência social, adequadas para as realidades e os processos políticos e epistemológicos de explicação e de transformação dos contextos históricos de dominação para a proposição e a construção de estruturas e relações de solidariedade e de cooperação.

O depoimento de Maria Devanildes, professora e liderança na comunidade indígena, é fundamental para a compreensão das artimanhas de dominação e das possibilidades de autodeterminação:

Precisamos ter comunidades de diálogo. Vejamos a imposição do Estado de tirar esses direitos, enquanto servidora do Estado, como exemplos as nossas atividades culturais, é voltada com o horário, temos a nossa atividade do timbó, aqui de pesca, e não podemos fazer, pois não respeitam as nossas culturas, dos nossos povos. Temos várias referências que podemos colocar. Eu fui aos quilombolas, no Mata-Cavalo e vi como é que eles trabalham, como é que eles fazem o trabalho coletivo e isso nos dá ânimo para trabalhar igual, para trazer e para a gente fazer, exemplificar e organizar na nossa aldeia. Temos referências de outros movimentos sociais que trabalham em defesa da vida, em defesa do ambiente. Sobre o avanço do agronegócio, vemos que traz morte, destruição dos nossos rios, dos nossos peixes, de colocar veneno, acabar com o meio ambiente. Exemplo, temos a destruição, a morte dos rios a longo prazo, precisamos daqui vivo (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 05).

A coerção não ocorre somente em termos de violência física e simbólica, mas em procedimentos políticos, conforme apontado pelos/as participantes “[...] *de aliciamento e cooptação das lideranças indígenas*”. Os sistemas políticos de dominação são ardilosos nos modos de aproximação, de inserção e de adaptação de pessoas e grupos sociais oprimidos em sistemas de pensamento e de ação das ideologias dominantes. A construção da hegemonia política e cultural requer a concordância e a adesão dos subalternizados aos modos de pensar externalizados. Neste sentido, os/as indígenas se subalternizaram às lógicas e às ontologias do Estado burguês, moderno, ocidental.

Na sistematização das rodas de diálogos, ficou anotado que, na opinião dos/as participantes, o Estado, na perspectiva monista, não tem “[...] *diálogos com as comunidades indígenas, promove imposições para acabar com a demarcação das terras, sem o reconhecimento dos direitos e das culturas. Há imposições do Estado na educação indígena - novas colonialidades*”. A configuração do Estado

torna-se autoritária, negando as possibilidades de construções participativas, de proposições das comunidades, de inserção democrática nas relações de poder para a afirmação dos direitos, da cultura e educação indígena. As novas colonialidades são as expressões de relações sociais e de poder político que reproduzem, nos cotidianos vividos e nas estruturas institucionais, mecanismos de subalternização de povos, suas epistemologias e seus modos de vida.

Na visão dialética do poder político, a questão colocada foi a proposição dos/as participantes que o “Estado pode se tornar nosso amigo, desde que construa Políticas Públicas”. Esse pressuposto, de construção participativo e democrático, está em consonância com o “[...] pluralismo jurídico [que] reivindica vários espaços de produção de juridicidade, acarretando o reconhecimento de esferas plurais de cultura como formadoras de sistemas próprios de normatividades” (Albuquerque; Albuquerque Filho; Rodrigues, 2016, p. 24).

Na pluralidade jurídica do Estado, as diversidades de culturas, de economias e ecologias são consideradas legítimas, portadoras de direitos, tanto para o aporte de ações governamentais na defesa e segurança dos territórios, na afirmação e desenvolvimento das culturas, das linguagens e das epistemologias tradicionais, no diálogo com as tecnologias das ciências modernas pela educação indígena, desde à educação infantil à formação e às pesquisas na pós-graduação.

As lutas históricas dos povos indígenas são pela afirmação das suas existências e experiências. A pluralidade do Estado é um espaço de conquistas e de construções coletivas de autodeterminação dos modos de ser, de saber e de poder da organização sociocultural e econômica dos povos indígenas. Em artigo, Zoia e Mendes (2020) trazem a declaração da Organização das Nações Unidas quando afirma que

[...] os povos indígenas têm o direito à autodeterminação, que é um dos alicerces da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Assim sendo, podem determinar com liberdade a sua condição política e o desenvolvimento econômico, social e cultural em seus assuntos internos e locais (p. 250).

Em tempos históricos de retrocessos fascistas e racistas, experimentados no Brasil, que tomaram o Estado e os imaginários sociais, as mobilizações das forças políticas são direcionadas para a resistência, a proteção dos territórios, da educação, das florestas, das águas, das vidas. Na superação dos extremismos e dos perigos autoritários, as dinâmicas de resistência se complementam com as lutas propositivas, de inserção na política para afirmar modos de ser da cultura; de fundamentos e práticas pedagógicas na educação indígena; na intransigente defesa dos territórios; na construção articulada e cooperativa da economia indígena; na afirmação dos direitos das crianças, das mulheres, da juventude e dos homens indígenas, para assegurar a memória, as linguagens, os modos de ser e de viver.

O cacique e professor Dionízio, licenciado em pedagogia e mestre em Educação, faz uma reflexão referente aos cenários de participação e de mudanças de atitudes, na mobilização e na articulação, a partir da sua aldeia em apoio às mulheres, da participação das mulheres. Dá como exemplo que sua mulher está participando da marcha das mulheres indígenas em Brasília. Indica que é um meio de ultrapassar as barreiras de confiança, um para outro, e de responsabilidade da família e da comunidade. A cultura da solidariedade, tem suas implicações nas vidas particulares, no cotidiano, nos espaços domésticos e comunitários. A participação na marcha das mulheres indígenas exige a confiança, a inserção, o compromisso. As conquistas de direitos e as mudanças nas atitudes são processos educacionais que envolvem a participação política, a ética da solidariedade, as confianças intersubjetivas. As dinâmicas de transformação social se entrelaçam desde a disposição das pessoas, a seguridade nas relações familiares, o suporte nas comunidades, a reflexividade nas escolas e nas universidades, o acolhimento nos grupos sociais, os compromissos nos movimentos sociais, as proposições e as realizações nas políticas públicas.

NO CAMPO DO MERCADO, DA ECONOMIA DA SUBMISSÃO ÀS POSSIBILIDADES DA COOPERAÇÃO

O cenário apresentado e debatido nas rodas de diálogos e nas sínteses das plenárias foi a submissão e a dependência da economia indígena aos agentes comerciais externos, do mercado competitivo

e concorrencial capitalista. A organização de uma rede estranha à cultura das comunidades indígenas, de compra e venda, que inviabiliza os trabalhos associados das populações indígenas, precariza as condições materiais e estabelece relações intensas de exploração da força de trabalho e expropriação da produção das práticas econômicas do extrativismo da castanha do Brasil e demais riquezas da sociobiodiversidade dos territórios indígenas.

A anotação síntese do trabalho indígena na cadeia de valor da castanha foi registrada da seguinte forma:

O trabalho de coleta da castanha inicia cedo de manhã. Os coletores com seus instrumentos se deslocam para a floresta. As árvores da castanha, com seus frutos já estão mapeados. O trabalho a ser feito é ajuntar os frutos da castanheira, ensacar, carregar e transportar para as aldeias. Os perigos e a segurança no trabalho são ataques de onças e picadas de cobras. Quando a castanha está nas aldeias, reunida em grandes quantidades, somam-se em toneladas, são vendidas a preços baixos, para algum comerciante da cidade, ou alguma indústria que as beneficia e vende para os mercados internacionais. Entre as florestas e o consumo, os trabalhos e as culturas reais indígenas desaparecem, são somente símbolos usados para a comercialização (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 12).

O depoimento do indígena Edeilson, conhecido como Dedé, que exerce a atividade de coletor, demonstra a ideia do coletivo:

Temos que trabalhar para sustentar a família. A vida de um coletor é sair cedo, uma hora de barco, até chegar no local, depende do lugar das castanheiras, varia de sete a doze quilômetros, quando chegamos nas castanheiras, pegamos o que está no chão primeiro para amontoar, depois quebrar e colocar só a castanha menor no saco e depois carregar, isso vai o dia todo no mato. É pesado, é arriscado e é perigoso (Núcleo Unitrabalho, 2023, p.13).

Invisibilizar os trabalhos, a cultura e a economia indígenas são estratégias de poder colonial. Elas reforçam e aprofundam percepções e imaginários sociais que as populações indígenas são pessoas incapazes intelectualmente, inaptas ao trabalho produtivo, arcaicas culturalmente e impotentes em termos político-organizacionais.

A dependência é um processo econômico complexo de exploração do trabalho. Beneficia indivíduos e organizações empresariais não indígenas que, ao apropriar da produção agroextrativista dos territórios indígenas e da sociobioeconomia, se utilizam de redes de cooperação internacional para a comercialização de produtos das florestas, não para o bem viver indígena, mas para a viabilidade de negócios no mercado de *commodities* internacionais. A marca e o marketing que se origina das florestas, dos cerrados e dos indígenas são de fácil aceitação e inserção em mercados denominados de 'consumo consciente', principalmente europeu, que adotam medidas e atitudes de preservação da natureza e da cultura.

As relações econômicas de dependência reforçam contratos de trabalho por produção. Os indígenas são responsáveis pela coleta da castanha, nas áreas de floresta, pelo transporte, a armazenagem e a venda. Pelo complexo produtivo da economia natural sob a responsabilidade indígena a remuneração do trabalho é vil, configurando-se por relações de superexploração do trabalho.

Os produtos da natureza ganham valor agregado, quando deixam de pertencer aos indígenas, ao serem vendidos para empreendimentos econômicos não indígenas, sendo beneficiados, classificados, embalados e etiquetados com o marketing de defesa da natureza e da cultura dos povos originários, apreciado pelo mercado de consumo consciente, tem valor de troca majorado, gerando lucros na cadeia produtiva para as empresas de cunho capitalista.

Os debates nas rodas de conversas refletiram que o mercado de consumo consciente está, neste caso, distante dos grupos sociais, com menor poder aquisitivo dos mercados locais e nacionais, não fazendo sentido para a classe trabalhadora, senão quando inserida e participante das lutas sociais. Nas redes comerciais das propagandas, que se beneficiam das lutas históricas da ecologia e dos povos originários, expõem e comercializam em mercados de poder aquisitivo alto, tanto no mercado interno do Brasil, quanto na exportação para

países europeus, os EUA e o Canadá. Esta rede, subjugada à lógica do capital da exploração do trabalho, representa para as populações indígenas uma forma de subordinação e de empobrecimento.

A subordinação é a continuidade, na atualidade, da dominação dos povos indígenas nos seus saberes, força de trabalho, territórios, cultura, religião e ciências. É a reprodução do poder colonial que prende, aprisiona e oprime os indígenas em conformidade com a matemática colonialista e capitalista.

As relações e as estruturas de subalternização são necessárias para o poder de opressão e de exploração. A subalternidade é uma força cultural, econômica e política que gera ambiências de negação da identidade, da capacidade, dos saberes, da visão de mundo, entregando ao dominador a vida, a esperança, a espiritualidade, o território, o trabalho.

Como romper com as estruturas e as relações de subalternização? Existem possibilidades de superação dos obstáculos coloniais e da exploração da força de trabalho? Os povos indígenas se colocam nos caminhos e na processualidade libertadora? Ao questionar as estruturas de poder dominação, quais são os processos organizacionais de possibilidades de autodeterminação e de autonomia dos povos originários?

Na visão dialética da construção coletiva das rodas de diálogos, ao surgir o questionamento das soluções para a economia indígena, foram destacadas experiências e possibilidades de ampliação dos mercados institucionais quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (Gambio). Esses três programas provindos das ações de políticas públicas, em conformidade com as demandas dos grupos socioprodutivos, representam forças para fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas e da viabilidade de processos organizacionais do trabalho associado e da geração de renda, para o viver das comunidades indígenas.

Complementar aos mercados institucionais estão as experiências consolidadas no Brasil que são os denominados mercados solidários que, na avaliação dos/as participantes, são “[...] ainda muito fracos em Mato Grosso e em Rondônia quando se refere à circulação de produtos com valores de uso, divulgação de valores solidários e selos da economia da sociobiodiversidade” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 15).

Os mercados solidários representam a movimentação e a capacidade política e econômica de mobilizar grupos sociais para instaurar experiências de comercialização e de consumo solidários. O consumo solidário ocorre sustentado em posições políticas e éticas que investigam e comunicam a origem dos produtos, os compromissos com os cuidados ambientais, a afirmação da superação de preceitos sociais como a superação do trabalho infantil, nas contínuas lutas contra o racismo, o sexismo e na promoção de metodologias e de epistemologias de transformação social.

A solidariedade na comercialização e no consumo constitui redes de colaboração e de cooperação que reforçam as organizações sociais que estão no campo da economia solidária. A construção de empreendimentos, cooperativas solidárias, com viabilidade econômica, cultural e política se constitui em processos de sustentabilidade das comunidades na autodeterminação e auto-organização.

Neste sentido, a professora Maria Devanildes é enfática nas responsabilidades coletivas para a construção social de realidades econômicas e culturais geradoras de meios organizacionais para o autodesenvolvimento ao dizer que

[...] para falar sobre o cooperativismo, nós temos que ter responsabilidade e compromisso para passar para a comunidade e tudo dá um suporte a mais. Os cursos estão sendo feitos para zelar pelo nosso nome. Estou aqui para participar e representar todas as mulheres, e a comunicação é um meio para fazer isso em família e em outros lugares. A comunicação é essencial para a nossa luta, para as nossas conquistas (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 18).

Como pode-se ver, a afirmação da professora mostra um processo complexo de organização. O cooperativismo é um movimento articulado de entidades que se inicia e concretiza nos espaços singulares. Para a efetiva realização, há uma necessidade explicitada, a de comunicar esses valores às pessoas, às famílias, às comunidades, às escolas. É preciso envolver a juventude e as mulheres, para a superação da cultura do patriarcado, e afirmar a igualdade de gênero, os aprendizados dos/as jovens para a continuidade das tradições indígenas nos territórios.

NO CAMPO DE SOCIEDADE: DAS DIVERSIDADES CULTURAIS E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Nas rodas de diálogos, a sistematização das percepções demonstra a configuração da sociedade constituída por estruturas e relações que refletem as diversidades culturais e as desigualdades sociais. As duas formas de leituras têm implicações organizacionais para as comunidades indígenas e para os procedimentos que adotam com a sociedade não indígena.

A primeira constatação é que a sociedade é um “[...] conjunto de pessoas com relações de informação e de comunicação com a promoção da inclusão e participação” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 20). Esta leitura lança um olhar que demonstra um sentido de homogeneidade e de igualdades econômicas, culturais e de acesso ao poder político. Ao se encontrar nas mesmas condições e posições nos espaços sociais, teriam as pessoas acesso às informações sobre a constituição do ser e do saber. Desta forma, indígenas e não indígenas estariam com possibilidades equânimes de reprodução social da cultura e da existência nas estruturas e relações sociais.

A equanimidade levaria à comunicação entre as culturas distintas, com encontros de inclusão e de participação, sem a discriminação racial, étnica, gênero e das condições econômicas, religiosas e de linguagem. E por um instante a compreensão que a sociedade é um mosaico de “[...] grupos sociais bem diversos, constituído pela diversidade cultural, linguagem, religiosidade” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 22). Apreende-se que esta leitura de mundo é verdadeira, a sociedade brasileira é multicultural. A formação social e cultural da sociedade brasileira é constituída pela presença histórica de diversidades raciais, religiosidades, linguagens, costumes, economias, ecologias. Uma homogeneidade linear seria uma base para a existência da democracia racial, social e econômica da sociedade brasileira.

Na elaboração do pensamento com as comunidades indígenas sobre a sociedade brasileira, a questão da homogeneidade igualitária foi problematizada. Realmente todos/as são iguais? A presença das pessoas indígenas nos espaços sociais dos ‘brancos’, da sociedade moderna e capitalista, não é geradora de nenhum estranhamento nos olhares, nos gestos, nas falas? Indígenas têm livre e facilitado acesso às instituições comerciais, bancárias, escolares, hospitalares, restaurantes e universidades?

A visão da sociedade formada por pessoas que se comunicam e participam foi abalada. A problematização, segundo Freire (1983), é uma dimensão da prática pedagógica provocadora da dúvida e da curiosidade que faz as pessoas se questionarem acerca das existências, a serem curiosas em relação às experiências, a analisarem a historicidade vivida e a imaginarem futuros humanizados, pelos processos educacionais, culturais e políticos transformadores desde o presente.

A problematização desvela a estrutura ontológica social vivida. Os diálogos levaram a uma nova síntese que foi assim descrita: “[...] a diversidade entre as pessoas reflete em preconceitos, violências, exclusão, discriminação e nos torna menos gente” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 25). As pessoas indígenas, ao se perguntarem, refletirem e expressarem situações experienciadas, nos espaços sociais da sociedade não indígena, evidenciam para si mesmas as formas de opressão que provêm dos preconceitos, do racismo, do sexismo.

O que perpassa pela memória são as violências físicas e simbólicas, das mortes homicidas, das mortes por inanição, por falta de assistência na saúde. A violência simbólica que condiz com os desprezos da religião, da cultura, da economia, da linguagem, dos costumes, da própria existência dos povos e das comunidades indígenas nos seus territórios. A jovem indígena Bruna foi contundente na sua afirmação, ao dizer: “[...] querem acabar com a terra indígena,

com a demarcação. Alguns de nossos parentes foram iludidos trazendo o agronegócio, traz doenças e conflitos nesses territórios” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 27).

Para a superação das variadas formas de discriminação, em uma visão histórico-dialética, destacou-se, no processo de sistematização, a presença de pessoas, organizações-instituições e modos de ser e de conviver que respeitam e reconhecem a história, a cultura e o modo de vida dos povos indígenas.

O pensamento analítico leva a identificar as distintas compreensões e atitudes em relação aos grupos sociais subalternizados, os que continuam em posições colonialistas de dominação e de opressão e os que decidiram por mudanças epistemológicas e éticas, colocando na processualidade libertação. A distinção é importante em termos políticos e pedagógicos, para identificar inimigos e adversários das causas indígenas, e por outro, encontrar parceiros e companheiros para a construção de alianças e estratégias de superação dos modos discriminatórios e da proposição e realização de bases de consolidação dos referenciais teóricos e das práticas sociais de solidariedade.

Além do reconhecimento que a sociedade nacional brasileira é formada por diferenças culturais e étnicas, no aprofundamento de questões sociológicas com os grupos indígenas, evidenciou-se que a estrutura societal é perpassada por “[...] classes sociais que alicerçam as desigualdades sociais, econômicas e políticas” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 28). As desigualdades de classes sociais ilustram as assimetrias de controle das propriedades privadas dos meios de produção e de acesso às riquezas materiais e imateriais produzidas e distribuídas.

A epistemologia dialética e histórica proporcionou com os/as indígenas a clareza política e social de pertencimento à classe trabalhadora. A identidade foi gerada pelas distintas características do que é ser capitalista e do que é ser trabalhador. As pessoas indígenas se conectaram com o ser da classe trabalhadora por não explorar o trabalho de outra pessoa como origem do lucro, por não acumular riqueza na forma de capital, por ter sua fonte de renda pela sua força de trabalho, pela terra ser espaço de moradia e de trabalho, portanto, lugar e território de reprodução social da existência da vida da comunidade.

Como membros da classe trabalhadora, as estratégias importantes são as mobilizações sociopolíticas para o estabelecimento de parcerias e redes de solidariedade com pessoas e entidades que reconhecem as diversidades sociais e ampliam direitos para a afirmação dos territórios e os modos de vida. Identificar-se como classe trabalhadora não significa o estabelecimento de parâmetros homogêneos entre as formas diferentes de existir das pessoas da mesma classe social. Distintamente, é reconhecer que as condições materiais de reprodução da vida se aproximam, que as atitudes éticas e políticas combinam, que os modos de vida são reconhecíveis em relação ontológica com o/a outro/a humano/a e com a natureza. Dizer-se da mesma classe social não é fazer um inventário de similitudes e parâmetros estatísticos, mas referenciar condições e situações de subalternidades e de projetar possibilidades de emancipação social e humana.

NO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RESISTÊNCIAS, PROTESTOS E PROPOSIÇÕES

Nas adversidades históricas de dominação e exploração, os povos indígenas não somente resistiram para expulsar os algozes, mas organizaram movimentos sociais para criar uma identidade cultural e política unificada, para a compreensão das contradições sociais colonialistas e do sistema social capitalista.

A unicidade das lutas sociais propositivas e de concretização de objetivos comuns se constituíram, como fora definido nos diálogos da formação e da pesquisa realizada nas comunidades indígenas, como “[...] organizações que protestam, propõem e defendem direitos dos povos indígenas. São organizações políticas, culturais e econômicas na defesa de causas e na construção de conquistas” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 29). Os protestos são sempre atitudes coletivas de contestação contra atos violentos e destrutivos das existências indígenas. Exemplo potente dos últimos anos é a constante vigilância e articulação contra a emenda à constituição do marco temporal, força de lei que limita os direitos territoriais para o acesso

ao ano de 1988. Na perversidade da lógica do raciocínio colonial e impositor, a vida indígena anterior a esta data é desconsiderada para a reocupação dos territórios.

As proposições dos movimentos sociais indígenas são significativas. Ressalta-se as construções dos direitos e das conquistas do campo educacional. A educação indígena é a afirmação das comunidades e dos povos originários pela formação de seus professores/as, na educação das crianças e jovens no ensino bilíngue, das práticas pedagógicas contextualizadas nos contextos culturais e étnicos, na afirmação dos territórios e dos modos de vida e de trabalho, dos saberes dos anciãos, da defesa dos territórios, nas cosmovisões religiosas e místicas. A construção curricular da educação indígena implica, simultaneamente, a aprendizagem do mundo indígena, quanto ao entendimento dos sistemas sociais, políticos e culturais não indígenas, incluindo nestas, as tecnologias, os procedimentos administrativos, jurídicos e econômicos.

Existe uma complexidade na organização político-cultural entre os povos indígenas em associações e redes de colaboração, situação ampliada pelas diversidades linguísticas, de costumes, de organização nas aldeias e nas terras indígenas, e por diferentes influências e impactos dos processos de aculturação.

Os processos organizacionais pela defesa e ampliação dos direitos indígenas vão além das suas organizações. Estabelecem “[...] redes de cooperação e de solidariedade, na condição de movimentos que se tornam referências para outros movimentos” (Núcleo Unitrabalho, 2023, p. 30). Essa assertiva estabelece correlações entre forças sociais para a avaliação das situações sociais e culturais, dos cenários políticos, das condições econômicas e dos processos educacionais na mobilização, nas manifestações e nas participações para a proposição, implantação e avaliação dos movimentos sociais de autodeterminação e das políticas públicas conquistadas e executadas. As redes de cooperação e de solidariedade são processos sociais e cognitivos de ampliação e de aprofundamento da humanização da existência e das experiências das comunidades e dos povos indígenas.

CONCLUSÃO

Correlacionar a formação e a organização nos ambientes das comunidades indígenas é apreender e compreender processos complexos que interrelacionam as culturas, as economias dos povos originários com situações e condições externas, que representam ameaças e/ou possibilidades de desenvolvimento dos modos de viver e de ser indígenas.

A relação com o Estado constitui uma força política de imposição e de subsunção da racionalidade indígena, concreta e histórica, a procedimentos abstratos, burocráticos e universalistas. O Estado monista desconsidera as particularidades dos modos de vida e determina princípios e regras estranhos em relação à educação, à cultura e aos estilos de reprodução social da existência. A racionalidade monista parte da centralidade da lógica do Estado para organizar a cotidianidade das comunidades indígenas. Há a implantação de procedimentos de subordinação e de comportamentos coloniais.

O monismo estatal pode ser rompido com base na teoria do pluralismo jurídico e da interculturalidade. Conforme reflete Walsh (2019), a interculturalidade é construção coletiva de referenciais que reconhecem a diversidade dos povos indígenas, com outros setores sociais, e ao mesmo tempo o movimento de unidade no reconhecimento das culturas. No pluralismo e na interculturalidade, a relação de poder se inverte. A centralidade é as comunidades indígenas que mobilizam seus saberes, seus modos de ser e de poder para propor e construir referenciais de políticas públicas. A racionalidade das dinâmicas de políticas públicas incorpora e efetiva o modo de existência próprio dos povos originários e potencializa o ser, o saber e o poder inerentes aos modos de vida indígenas. O poder é relacional, o Estado viabiliza as condições para o desenvolvimento da educação, da economia, da cultura dos povos originários. Necessariamente, há a implantação de procedimentos políticos democráticos e participativos, portanto de autodeterminação, processos decoloniais libertadores.

A relação com o mercado traduz, em conformidade com os mecanismos das relações capitalistas, forças e formas de dominação e de exploração. As economias indígenas são

invisibilizadas nos modos próprios de organização do trabalho, no ocultamento da origem dos produtos florestais, nas trocas comerciais de compra e venda de superexploração, pelo estabelecimento de preços baixos às mercadorias in natura da produção indígena.

A ruptura com a subordinação econômica do trabalho indígena é possível pelo estabelecimento e o desenvolvimento da economia solidária e sustentável, tendo como processos de organização a potencialização da cooperação originária, próprios dos modos de vidas indígenas, vivenciadas nas comunidades. Potencializar significa reconhecer os trabalhos realizados pelos/as indígenas para conectar os esforços particulares de indivíduos e de grupos para uma economia comunitária e solidária. O reconhecimento dos trabalhos individuais para a forma comunitária é a força dos povos indígenas para o rompimento com os sistemas de superexploração dos trabalhos indígenas.

Os modos de vida de cooperação nas comunidades indígenas, nestes termos, são ampliados para redes de cooperação. As redes de cooperação se dão entre os povos indígenas para fortalecer a economia indígena, a bioeconomia assentada na sociobiodiversidade. As ações de cooperação e de colaboração se ampliam com as conexões com organizações não indígenas solidárias no desenvolvimento autêntico dos trabalhos e das economias indígenas. Um modo de organização da economia indígena é a filosofia e os processos de institucionalidades do movimento do cooperativismo solidário.

O cooperativismo solidário se realiza pela formação para o entendimento das bases e princípios, dos procedimentos burocráticos e legais, pela gestão (autogestão) que são próprias das concepções teóricas e das práticas sociais cooperativas. A formação se complementa com a organização cooperativa, experiências que representam processos de auto-organização e de autodeterminação dos povos originários. O cooperativismo é solidário quando pensado e realizado a partir das próprias comunidades e dos grupos sociais. As parcerias externas, as redes de colaboração são necessárias e importantes, quando alicerçam os desejos e os projetos próprios das comunidades e dos povos originários. As redes de colaboração se complementam com as redes de cooperação que ampliam as relações com mercados institucionais e solidários, rompendo com as dinâmicas de superexploração do trabalho e da economia indígena.

Em relação à sociedade, os contextos são de contradição cultural e social. As contradições culturais são reconhecidas pela existência de modos de ser com diferenças étnicas, raciais, religiosas, linguísticas, de trabalho, de economia, de ecologia, de educação. A heterogeneidade da existência é entendida como importante. É a expressão da riqueza humana, um processo de humanização. Nas múltiplas formas de vida existem possibilidades do encontro de seres, de saberes e de existências. Mais do que multicultural, a comunicação dialógica das diversidades é intercultural.

Os cenários afirmativos da interculturalidade são rompidos quando são identificados modos de falar e de ser discriminatórios, manifestados por convenções racistas, machistas-patriarcais, homofóbicas, que provocam historicamente as violências contra corpos e espiritualidades, que estimularam genocídios e etnocídios, nas situações particulares dos povos indígenas, com maior intensidade nas guerras de extermínios.

As memórias de violências são estudadas, pelos povos indígenas, como estratégias de organização de resistência e de proposição de metodologias de autodeterminação. Nestes termos é importante a compreensão dos preceitos e princípios, linguagens, atitudes e modos de ser que representam a continuidade da dominação e da exploração, formas de reprodução do colonialismo e das colonialidades de poder; conforme Quijano (2005), estas se apresentam como o ápice do poder dominação que combina a exploração de classe e a divisão racial do trabalho, que marcam os contextos históricos da América Latina.

Em contraposição dialética, na afirmação do modo de vida, da educação, da cultura, da religiosidade, os estudos e os entendimentos são direcionados para as potencialidades e as possibilidades de parcerias, de redes de colaboração e de cooperação para o estabelecimento, a sistematização e o desenvolvimento dos modos originários da existência indígena. As

contradições sociais ocorrem e são explicitadas pelo entendimento da sociedade formada por classes sociais geradoras das desigualdades socioeconômicas.

Neste sentido, busca-se compreender as posições e as condições de reprodução social da existência. Na experiência de formação-organização realizada, os/as indígenas se reconheceram como pertencentes à classe trabalhadora, porque vivem do fruto do seu trabalho, realizado nos seus territórios, não acumulam capital, não exploram trabalho de outros. Em oposição, reconhecem o agronegócio como ameaça aos seus territórios pela depredação da natureza, o uso intensivo e expansivo dos agrotóxicos, pela exploração do trabalho e a produção de commodities para a exportação.

Os cenários de contradições sociais evidenciam situações de ameaças de mortes, violências, destruição da natureza, invasão dos territórios, proibição da educação indígena, corrupção de lideranças, rompimentos com modos culturais, costumes e tradições. As ameaças são contrapostas às possibilidades de desenvolvimento do modo de vida, da cultura, da economia, do ser e do existir indígenas. Da afirmação da educação indígena, da economia, da sociobiodiversidade com a organização de cooperativas solidárias, a implantação de fábricas para a industrialização da castanha, as parcerias e as redes de colaboração e de cooperação.

As processualidades de resistências, de proposições e de construção coletivas e sociais de realidades adequadas para a reprodução ampliada da vida das comunidades e dos povos originários ocorrem pela mobilização e organização de movimentos sociais que articulam forças políticas, culturais, educacionais e econômicas para a defesa, existência e desenvolvimento dos modos de vida dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- Albuquerque, A. A. U. L.; Albuquerque Filho, A. L.; Rodrigues, S. T. **Educação Jurídica Indígena**. Curitiba: Juruá, 2016.
- Bourdieu, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Maria Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- Freire, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Habermas, J. A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio: Tradução Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- NÚCLEO UNITRABALHO. **Relatório do projeto de extensão**: incubação em comercialização solidária: articulação de produtores/as e consumidores/as da FEISOL e da COOPERSSOL. Cáceres: Unemat, 2023, 2023.
- Quijano, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. v. 233.
- Ribeiro, J. A. *et al.* Pedagogia do trabalho e a educação do campo: os arranjos entre currículo e saberes locais. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 39, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30681/21787476.2023.E392309>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/11564/8044>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- Walsh, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-39, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/rfdp.v5i1.15002>. Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Zart, L. L. A interpretação das coisas do mundo: a compreensão da ciência a partir da arte. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 38, n. 2, p. 75-88, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30681/21787476.2023.38.7588>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/10928>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- Zitkoski, J. J. **Paulo Freire e uma nova filosofia da educação**. Porto Alegre, Cirkula, 2022.
- Zoia, A.; Mendes, M. Alguns aspectos da luta pela efetivação do direito à autodeterminação do povo indígena Paiter Suruí: a educação, a cultura e a terra. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 33, ano 18, n. 1, p. 247-268, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.247268>. <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4794/3679>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Contribuições dos autores

As atividades de pesquisa de campo e sistematização das informações foram realizadas pelo Professor Dr. Laudemir Luiz Zart e pela Professora Mestra Cristiane Gonçalves Ribeiro. O Professor Dr. Jaime

José Zitkoski acompanhou e orientou o processo de sistematização e de interpretação metodológica e teórica da redação do artigo.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Executivo para América Latina: Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira